

CASO MASTER

Ibaneis critica oposição  
“por agir contra o BRB”

Com o banco correndo contra o tempo para se recapitalizar e entregar os balanços ao BC, em meio a disputas judiciais, Ibaneis Rocha criticou a oposição e disse estar tranquilo quanto ao seu seu dever de apresentar soluções

» ADRIANA BERNARDES  
» PAULO GONTIJO

“Eu fiz minha parte arrumando uma saída viável.” A declaração do governador Ibaneis Rocha (MDB) foi uma reação direta às críticas do mercado financeiro. Na última semana, ao rebaixarem a avaliação do BRB, analistas da S&P Global Ratings apontaram que o governador não estaria se empenhando o suficiente para garantir o aporte financeiro necessário ao equilíbrio fiscal do banco.

Em entrevista do **Correio**, o governador descartou a antecipação de dividendos da Companhia Energética de Brasília (CEB) e da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) para aumentar o capital do banco público, e voltou a criticar a oposição pela batalha na Justiça contra o uso da área da Serrinha para salvar o banco.

Ao afirmar que fez sua parte “arrumando uma saída viável”, Ibaneis refere-se a destinação de nove imóveis públicos e a aprovação da Lei do BRB para cobrir o rombo de cerca de R\$ 12,2 bilhões na compra de carteiras “podres” do Banco Master, segundo investigação da Polícia Federal (PF). O **Correio** perguntou se vai autorizar o uso de dividendos das estatais CEB e Caesb — uma das alternativas citadas pelo presidente do BRB, Nelson de Souza, na semana passada, Ibaneis foi direto: “Não”.

É a segunda vez que o governador tem posicionamento divergente de Nelson de Souza. A primeira foi quando o presidente do banco ventiliou a possibilidade de excluir a área da Serrinha e do Centrad da lista de imóveis do Fundo de Investimento Imobiliário (FII) devido às disputas judiciais e pendências envolvendo os dois bens. Isso, na avaliação de Souza, acalmaria os investidores qualificados e poderia agilizar a consolidação do FII. Na época, ao ser questionado se os dois bens seriam excluídos da lei de socorro ao banco, Ibaneis disse que “não serão retirados.” Mas completou em seguida. “Não dou palpite em negócio de banco. Ele (Nelson de Souza) tem autonomia”. Uma confiança que foi reforçada pelo chefe do Executivo em reportagem publicada na última quinta-feira pelo **Correio**. “ (O) Nelson vai salvar o BRB”, declarou.

Disputa judicial

Desde que o Projeto de Lei 2.175/2026 começou a tramitar, foi aprovado e deu origem à Lei nº 7.845/2026, foram impetradas ações ou requerimentos no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para tentar excluir a Gleba A dos imóveis usados para socorrer o Banco de Brasília.

Entre sexta e domingo passados, houve duas decisões importantes. Na mais recente delas, pelo o juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros, da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF, que concedeu uma liminar que impede a Terracap de fazer qualquer negócio com a área da Serrinha.

A ação é assinada, entre outros, pela senadora Leila Barros (PDT) e pelo presidente do PV-DF, Eduardo Brandão. Ibaneis reagiu com críticas aos parlamentares da oposição que, segundo ele, estão em

Marcelo Ferreira



Governador descartou antecipação de dividendos da CEB e da Caesb para aumentar o capital do BRB

Reprodução: Milla Ferreira



PL de aporte ao BRB foi aprovado na CLDF por 14 a 10, um dia depois da ida do presidente do banco, Nelson de Souza, à Casa

Imóveis dados como garantia

Endereço: SIA Trecho Serviço Publico LT F  
Proprietário: CAESB  
Área (m2): 192.000  
Valor: 632.000.000,00

Endereço: SIA Trecho Serviço Publico LT G  
Proprietário: Distrito Federal  
Área (m2): 192.000  
Valor: 632.000.000,00

Endereço: SIA Trecho Serviço Publico LT I  
Proprietário: Distrito Federal  
Área (m2): 96.000  
Valor: 364.000.000,00

Endereço: SIA Trecho Serviço Publico LT H  
Proprietário: Distrito Federal  
Área (m2): 94.800  
Valor: 361.000.000,00

Endereço: SIA Trech Serviço Publico LT C  
Proprietário: CEB  
Área (m2): 160.000  
Valor: 547.000.000,00

Endereço: SIA Trecho Serviço Publico LT B  
Proprietário: Novacap  
Área (m2): 400.000  
Valor: 1.020.000.000,00

Endereço: Taguatinga qd, 3 conj. A LT I  
Proprietário: Distrito Federal (CENTRAD)  
Área (m2): 97.891  
Valor: 491.418.000,00

Endereço: SAI/N  
Proprietário: Distrito Federal  
Área (m2): 149.757  
Valor: 239.000.000,00

Endereço: Gleba 'A'  
Proprietário: Terracap  
Área (m2): 7.160.000  
Valor: 2.300.000.000,00

Total: 6.586.418.000,00

campanha política. “O que me espanta é a falta de compromisso dos autores (da ação) com o BRB. Todos de oposição que só estão pensando nas eleições”, afirmou o chefe do Executivo.

Na decisão de sexta, que só veio a público na tarde de ontem, o

desembargador Rômulo de Araújo Mendes, do TJDFT, decidiu acelarar a análise da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) apresentada pelos partidos PSol e Rede Sustentabilidade, questionando a lei de capitalização do BRB. Mas também decidiu que o julgamento

será pelo pleno. Ibaneis não soube dizer se recebeu a notificação judicial. “Mas gostei que tenha sido o rito abreviado”, avaliou.

O processo tramita no Conselho Especial do Tribunal. O desembargador deu 10 dias de prazo para que o governador Ibaneis

e a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) apresentem explicações sobre a lei aprovada.

Depois dessa etapa, o processo seguirá para análise do procurador-geral do Distrito Federal, Márcio Wanderley de Azevedo, e do procurador-geral de

Justiça do DF, Georges Seigneur, que terão cinco dias para se manifestar. Em seguida, a ação será levada para julgamento pelo colegiado do TJDFT.

Ao justificar a decisão, o desembargador afirmou que não há, neste momento, uma urgência extrema que justifique uma decisão individual, sem ouvir previamente os órgãos envolvidos na criação da lei. Ainda assim, ele optou por um rito abreviado, que permite dar mais rapidez ao andamento do processo sem pular etapas importantes.

Os partidos também citam investigações que apuram transações consideradas suspeitas entre o BRB e o Banco Master, apontando que essas operações levantam dúvidas sobre a gestão e o uso de recursos do banco público.

O tema ocorre em meio a um momento de maior atenção sobre as decisões envolvendo o BRB, o que aumenta a importância do julgamento. A expectativa é de que, com o rito mais rápido, o tribunal consiga dar uma resposta em menos tempo sobre a validade da lei.

Contra o tempo

Enquanto isso, executivos do BRB, que têm como missão garantir a liquidez e a credibilidade da instituição, buscam soluções num curto intervalo de tempo. Na quinta passada, a S&P Global Ratings rebaixou a avaliação do Banco de Brasília no rating de crédito de “brBB” para “brB” na escala nacional. Na prática, o rebaixamento pode ter implicações num momento em que o banco enfrenta o desafio de incorporar capital ao caixa.

Com uma nota mais baixa, se o BRB precisar de dinheiro de terceiros para fazer empréstimos aos seus clientes, por exemplo, o mercado entende que negócios com ele são mais arriscados. E, com isso, aumentam a taxa de juros. Assim que o rebaixamento tornou-se público, o presidente do banco, Nelson de Souza, minimizou os impactos, dizendo que era esperado. “Considerando o momento que estamos vivendo, é natural que haja uma percepção mais negativa. Isso não impede o banco de operar normalmente. Estamos cumprindo todas as nossas obrigações com clientes”, destacou.

O Banco Central deu até 31 de março para que os dirigentes do BRB apresentem o balanço e um plano de reestruturação econômico-financeira após o rombo estimado pela Polícia Federal em R\$ 12,2 bilhões, com a compra de carteiras podres do Master.

Na mesma data, a instituição também terá de divulgar seus resultados financeiros, incluindo os balanços de 2025 e os dados referentes ao primeiro trimestre deste ano. A apresentação dessas informações é uma exigência regulatória e serve para dar maior transparência à situação do banco, permitindo que investidores, órgãos de controle e o mercado avaliem com mais precisão o impacto das operações recentes e a real condição financeira da instituição.

Antes disso, porém, os acionistas terão de se reunir na Assembleia-Geral Extraordinária (AGE) para fazer o aporte de capital, crucial para a entrega do plano de capitalização e dos balanços. Até o fechamento desta edição, a nova data não havia sido divulgada.